

NONA



Informativo do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná | Ano XIII | Número 167 | www.trt9.jus.br

Ministra Ellen Gracie abre Semana Nacional pela Conciliação no Paraná



A ministra Ellen Gracie Northfleet, do Supremo Tribunal Federal, abriu a Semana Nacional pela Conciliação na Justiça do Trabalho do Paraná, no dia 28 de novembro. Na foto acima, a ministra e a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista (no alto, ao centro, à esquerda) com acadêmicos de Direito, que participaram do mutirão da conciliação, em Curitiba, de 1º a 5 de dezembro **p. 8 a 11**

EAJ: Execução Previdenciária e Conciliação na Execução

Com os temas "Execução Previdenciária" e "Conciliação na Execução", a Escola de Administração Judiciária do TRT-PR promoveu o "IV Encontro de Magistrados do Trabalho para debates sobre execução trabalhista", em 21 de novembro. O evento, direcionado a magistrados das duas instâncias da Justiça do Trabalho do Paraná, visa à discussão em torno da agilização e da maior efetividade da execução trabalhista. **p. 3**

PL 3.350/2008 está em pauta de votação da CCJ

O Projeto de Lei 3.350/2008, que dispõe sobre a criação de novos 320 cargos de servidores para o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, foi aprovado no dia 19 de novembro, pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara Federal. Parecer favorável ao projeto foi incluído na pauta de votação do dia 16 de dezembro para apreciação na CCJ da Câmara Federal. **p. 5**

Nesta Edição

- Inaugurada nova etapa do "Rompendo Distâncias" **p. 6**
- TRT-PR desenvolverá solução nacional de TI **p. 7**
- Encontro de Multiplicadores é realizado em Curitiba **p. 13**
- Natal na Justiça do Trabalho do Paraná **p. 16**

TRT-PR abre concurso para escolha de "Selo Memorial - Acervo Histórico"

A logomarca escolhida será utilizada no selo adesivo que identificará os documentos de valor histórico

Jussara Elisa

O Tribunal do Trabalho da 9ª Região (Paraná) abriu, em 25 de novembro, as inscrições ao concurso "Selo Memorial - Acervo Histórico", que objetiva escolher a logomarca que será utilizada no selo adesivo para identificação de documentos de valor histórico, em razão de relevância de temas, pessoas ou fatos. O concurso é restrito a magistrados e servidores da Justiça do Trabalho no Estado.

As inscrições podem ser feitas até 9 de janeiro de 2009, às 18 horas, mediante remessa da modalidade Sedex dos Correios/Malote, ou entrega direta, em envelope fechado, no Setor de Protocolo de 2ª Instância, em Curitiba (Av. Vicente Machado, 147 - CEP 80420-010), mediante recibo. O candidato pode concorrer com até três propostas e cada trabalho dará origem a uma inscrição.

O selo vencedor será distribuído a todos os órgãos da 9ª Região, ficando à disposição dos magistrados, servidores, advogados, membros do Ministério Público e das partes, facultando-se a quem manusear os autos a indicação do documento como de relevância histórica para a devida seleção. O propósito é promover a formação e a conservação do acervo histórico, bem como estimular a pesquisa.

■ O CONCURSO

O selo, elemento gráfico de forma

livre, deve medir 16 cm², contendo os caracteres TRT 9ª e a expressão "Acervo Histórico".

A Comissão Julgadora será constituída por 11 membros: presidente e vice-presidente do TRT-PR, corregedor da 9ª Região da Justiça do Trabalho, diretora da EAJ do TRT-PR, diretora do Fórum de Primeiro Grau de Curitiba, diretor-geral, secretária-geral da Presidência, secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada, secretário da Coordenação Judiciária, assessora de Comunicação e diretora do Serviço de Arquivo e Documentação, ou seus substitutos legais. Os trabalhos apresentados serão submetidos à Comissão Julgadora que, inicialmente, observará o atendimento aos requisitos da inscrição. Dentre os aprovados formalmente, a comissão selecionará cinco trabalhos atendendo aos seguintes critérios de avaliação: criatividade artística, linguagem, comunicabilidade com o público-alvo e viabilidade técnico/financeira.

Os trabalhos serão avaliados individualmente pelos membros da comissão, no período de 12 a 16 de janeiro de 2009, sendo os escolhidos encaminhados à Secretaria de Informática para publicidade. De 20 a 28 de janeiro de 2009, até as 18 horas, os trabalhos selecionados ficarão expostos na intranet do TRT da 9ª Região e serão submetidos

à votação do público. O trabalho mais votado será o vencedor e, em caso de empate, a decisão caberá à Comissão Julgadora. A abertura do envelope lacrado contendo a identificação do autor do trabalho vencedor será em sessão pública, no dia 29 de janeiro de 2009, às 17 horas, no prédio-sede do Tribunal do Trabalho do Paraná.

O autor do trabalho vencedor receberá diploma, bem como inscrição, passagens e diárias para participar de curso de aperfeiçoamento específico, de sua escolha, em sua área de atuação, em qualquer local do país, no ano de 2009, com afastamento de até cinco dias úteis, observado o valor total de R\$ 5 mil. Deverá encaminhar o pedido de inscrição no curso de aperfeiçoamento com antecedência mínima de 30 dias, devendo fazê-lo até o dia 18 de novembro de 2009, sob pena de perda do direito ao recebimento do prêmio. O vencedor deve, ainda, concordar em ceder os direitos autorais sobre a logomarca do Selo Memorial - Acervo Histórico da Justiça do Trabalho ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, de pleno direito e por prazo indeterminado, sem fazer jus a nenhuma outra forma de remuneração, além do prêmio. O material encaminhado para inscrição no concurso ficará à disposição por trinta dias, após a proclamação do resultado, para devolução aos autores. ■

NONA

Publicação mensal do TRT-PR. **Presidente:** Desembargadora Federal Rosalie Michael Bacila Batista. **Vice-Presidente e Ouvidor-Geral:** Desembargador Federal Luiz Eduardo Gunther. **Corregedor Regional:** Desembargador Federal Ney José de Freitas. **Diretor-Geral:** Vanderlei Crepaldi Peres. **Secretária-Geral da Presidência:** Eliane Márcia Brito. **Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada:** Ana Cristina Navarro Lins.

Assessora de Comunicação e Jornalista Responsável: Jussara Elisa (MTB 2440/PR). **Assessora de Imprensa:** Flaviane Galafassi. **Redação:** Flaviane Galafassi, Jussara Elisa, Luiz Munhoz, Maria Ângela Marques e Rossana Tuoto. **Fotografia:** Inara Passos, Jussara Elisa, Luiz Munhoz, arquivo TRT-PR, divulgação e Assembléia Legislativa do Paraná. **Revisão:** César Caldas, Irene Pioker, Jussara Elisa, Rose Montes e Rossana Tuoto. **Diagramação:** Joel Gogola. **Apoio:** Vera Gutmann. **Tiragem:** 700 exemplares. **Impressão:** Gráfica Mult-Graphic.

Sugestões e opiniões para o NONA: Assessoria de Comunicação do TRT-PR - Av. Vicente Machado, 400 (Anexo Administrativo) - 10º andar - Curitiba - Paraná Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171 - ascom@trt9.jus.br

“Execução Previdenciária” e “Conciliação na Execução” em debate na EAJ



Magistrados Cássio Colombo Filho, Arion Mazurkevic, Rafael Palumbo e Eneida Cornel durante o painel Execução Previdenciária, que abriu o “IV Encontro de Magistrados do Trabalho para debates sobre execução”

■ ENCONTROS

O evento, que teve quatro etapas, visa à discussão em torno da agilização e da maior efetividade da execução trabalhista, e atende à recomendação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, bem como da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.

O primeiro encontro aconteceu no dia 22 agosto, em Curitiba, quando foram debatidos “Leilão eletrônico - hasta pública unificada”, “Adjudicação e arrematação” e “Penhora”. O segundo, no mês seguinte, dias 11 e 12, foi realizado em Foz do Iguaçu. Os temas em pauta foram “Contribuição Previdenciária e Execução Fiscal” e “Sentença Líquida - conveniência e possibilidade”. No terceiro encontro, que aconteceu em 24 de outubro, foram abordados “Concurso de Credores” e “Execução Fiscal”. ■

Jussara Elisa

Com os temas “Execução Previdenciária” e “Conciliação na Execução”, a Escola de Administração Judiciária do TRT do Paraná promoveu o “IV Encontro de Magistrados do Trabalho para debates sobre execução trabalhista”, em 21 de novembro. O evento foi direcionado a magistrados de 1º e 2º Grau da Justiça do Trabalho do Paraná.

Os magistrados Eneida Cornel (desembargadora do TRT da 9ª Região), Cássio Colombo Filho (titular da 18ª VT de Curitiba) e Rafael Gustavo Palumbo (substituto) participaram do painel “Execução Previdenciária”, que teve como mediador o desembargador Arion Mazurkevic, coordenador da EAJ do TRT da 9ª Região.

O último painel, “Conciliação na Execução”, foi com os magistrados Márcio

Dionísio Gapski (desembargador do TRT-PR), Neide Consolata Folador (titular da 2ª VT de Foz do Iguaçu) e Morgana de Almeida Richa (titular da 15ª Vara de Curitiba), também mediado pelo desembargador Mazurkevic.



Do último painel do evento, “Conciliação na Execução”, participaram os magistrados Márcio Dionísio Gapski, Neide Consolata Folador, Arion Mazurkevic e Morgana de Almeida Richa

Lançamentos de livros

Foi lançado, em 4 de dezembro, o livro “Jurisdição - Crise, Efetividade e Plenitude Institucional”, na Reitoria do UNICURITIBA, em Curitiba. A obra, do Mestrado em Direito daquela instituição, foi coordenada pelo vice-presidente do TRT do Paraná, desembargador Luiz Eduardo Gunther. O livro conta com artigos de mais de 40 autores. Dentre

eles, os magistrados da Justiça do Trabalho do Paraná Luiz Eduardo Gunther, Eduardo Milléo Barcat, Ilse Bernardi Lora, José Vinícius da Rocha e Mauro Vasni Paroski.

O servidor Juarez Varallo Pont lançou, no dia 11 de dezembro, o livro “Empresariado Industrial, Ação Política e Legislação Social no Brasil (1930-1988)”. Na oportunidade, o autor fez breve explanação sobre o tema e autografou exemplares da obra. ■ Jussara Elisa

Provimento Correg 2 visa à celeridade processual e à eficiência

Jussara Elisa

Com vistas ao princípio da celeridade processual e da eficiência e à necessidade de padronização dos atos processuais e da atualização do Provimento Geral da Corregedoria Regional, dentre outras considerações, está em vigor, desde 30 de outubro, o Provimento Correg 2.

De acordo com o desembargador Ney José de Freitas, corregedor da Justiça do Trabalho do Paraná, o provimento trouxe como principal alteração a adequação do Provimento Geral às Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário, aos termos da Resolução 46, de 18/12/2007, do Conselho Nacional de Justiça.

Das alterações, constam a nova redação do caput do artigo 8º, que determina que os atos normativos expedidos pelos juízes, no exercício da titularidade das Varas do Trabalho, deverão ser submetidos à análise prévia do corregedor regional. Normatizou-se, também, a anotação das Carteiras de Trabalho e Previdência Social pela secretaria da Vara, determinando-se que não haja utilização de carimbo ou insígnia identificadora do Poder Judiciário, devendo o servidor responsável assinar no campo "Assinatura do Empregador", sem qualquer identificação do Poder Judiciário. A anotação do

documento deverá ser certificada nos autos e entregue uma via da certidão à parte autora, com cópia da sentença transitada em julgado. O órgão previdenciário deverá ser intimado da anotação da CTPS, pela secretaria.

O provimento 2 inovou, no sentido de possibilitar a intimação dos peritos, calculistas e leiloeiro oficial/depositário judicial via correio eletrônico (art. 114, parágrafo único), visando a imprimir celeridade na tramitação dos feitos. A remessa de Cartas Precatórias fica permitida via correio eletrônico. Está normatizada, ainda, a expedição de deprecatas para oitiva de testemunhas, de ofício, após o interrogatório das partes, desde que persistente controvérsia sobre fatos relevantes para o equacionamento da lide (parágrafo 2º, artigo 125).

Em consonância com a Consolidação do Provimento Geral da Corregedoria da Justiça do Trabalho, permitiu também a carga temporária de autos (que não tramitem em segredo de justiça) a advogado sem procuração, para exame e obtenção de cópias, pelo prazo de 45 minutos, desde que os atos estejam disponíveis para tanto.

O provimento reforçou a utilização prioritária do convênio eletrônico BACEN/JUD, antes de qualquer outra diligência e independentemente do requerimento do credor, além de pos-

sibilitar sua renovação automática. Determinou, ainda, que antes da expedição do mandado de penhora, sejam exauridas todas as possibilidades de garantia do Juízo, mediante a utilização dos convênios eletrônicos disponíveis.

Entre as alterações, estão, também, a ampliação da lista dos documentos que devem ser apresentados pelo leiloeiro oficial/depositário judicial particular; e o estabelecimento de normas para a remessa de autos para os Postos de Atendimento, criando o anexo III, que trata de certidão de inexistência de pendências antes da remessa dos autos. Por fim, normatizou que o telefone corporativo, destinado ao atendimento de medidas urgentes, deverá permanecer disponível fora do horário de atendimento ao público.

O corregedor regional Ney José de Freitas adiantou que o Provimento Correg 3/2008 já se encontra em fase de redação e análise, regulamentando, entre outros assuntos: **a)** o cadastro de partes no processo, utilizando prioritariamente o nome ou razão social constante no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil; **b)** a apresentação, pela parte, de documentos comprobatórios do endereço; **c)** a remessa dos documentos relativos às Cartas Precatórias para oitiva de testemunhas. ■

Acadêmicos de Direito conhecem a Justiça do Trabalho do Paraná



Três instituições de ensino superior de Direito participaram, no mês de novembro, do projeto de visita pública no TRT do Paraná, organizado pela Assessoria de Comunicação Social.

No dia 20, a desembargadora Márcia Domingues proferiu palestra para os estudantes da Universidade do Contestado, campus de Mafrá. No dia seguinte, o desembargador Luiz Eduardo Gunther, vice-presidente e ouvidor-geral do TRT do Paraná, recebeu os alunos da Faculdade Metropolitana de Curitiba, de São José dos Pinhais. O desembargador Márcio



Dionísio Gapski e a juíza do Trabalho Karla Grace Mesquita Izídio proferiram palestras, nos dias 19 e 24, respectivamente, aos acadêmicos de Direito da Faculdade Radial de Curitiba, na sede da instituição de ensino. ■

■ Jussara Elisa

Banco de dados corporativo do TRT-PR

Todos já devem ter ouvido falar pelo menos uma vez no banco de dados do Tribunal, em especial quando são divulgadas as paradas programadas pela SI. Mas o que realmente é um banco de dados? E para que ele serve?

O banco de dados é o responsável pelo "armazenamento digital" de todas as informações que são geradas pelos principais sistemas do Tribunal, mantendo-as disponíveis para novas atualizações ou consultas a qualquer tempo. Por exemplo: a cada movimentação do SUAP, um novo registro é gravado nesse banco de dados. Essa nova informação pode ser consultada no instante seguinte na página oficial do Tribunal na internet, ser utilizada na geração de um relatório, numa totalização para o boletim estatístico, ser transmitida eletronicamente para o TST ou qualquer outra operação. Não só o SUAP utiliza esse local de armazenamento. Por se tratar de um banco de dados corporativo, outros sistemas também fazem uso desse recurso, entre eles o e-Gab, Sistema de Recursos Humanos, Sistema de Material e Patrimônio, intranet, CTA e e-Recurso.

Essa característica corporativa permite uma grande interação entre as informações desses sistemas, possibilitando um fácil intercâmbio de dados entre eles. E essa facilidade tem sido fundamental

na otimização de trabalhos manuais, já que aproveitam dados já existentes no banco ao invés de solicitar novos lançamentos pelo usuário do sistema.

E como é garantida a segurança dessas informações? O banco de dados conta com um sofisticado recurso para a cópia de segurança de todas as informações armazenadas nele. Através desse recurso é possível uma completa restauração dos dados, mesmo nos casos de incidentes graves na infraestrutura que o mantém. Para garantir essa segurança, são feitas cópias de tudo que é gravado no banco, em tempo real, para outros volumes de disco, além das tradicionais cópias diárias dos dados para fitas magnéticas.

E por que existem as paradas, programadas ou não? Muitas vezes é por motivo da própria evolução tecnológica dos sistemas. Correção de falhas, melhorias de segurança ou até mesmo mudanças de configuração para melhor desempenho dos sistemas. Apesar de causarem a interrupção do serviço, são realmente necessárias. E em algumas situações, de forma emergencial.

Há outros casos em que podem ocorrer falhas dos equipamentos ou programas que mantêm o banco de dados e então, a parada não pode ser evitada. Apesar de existir um bom nível de

redundância do datacenter do Tribunal, tanto equipamentos quanto sistemas estão sujeitos a falhar. E foi justamente uma falha dessa natureza que provocou a indisponibilidade dos sistemas nos dias 14 e 15 de outubro deste ano. Hoje, para o banco de dados, essa redundância existe tanto no equipamento em si, através de fontes de alimentação independentes e outros componentes sobressalentes, quanto no serviço que é disponibilizado, através de várias máquinas prontas para responder no caso de falha de uma delas.

E qual a capacidade desse banco de dados corporativo? Com a recente mudança das máquinas do banco de dados, ocorrida de 31/10 a 2/11/2008, o poder de processamento desse serviço foi aumentado em pelo menos três vezes quando comparado com as máquinas anteriores. Isso significa maior estabilidade e melhor tempo de resposta para as aplicações. Isoladamente, essa ampliação foi bastante significativa e de importância fundamental para os sistemas do Tribunal. E quando somada com as outras iniciativas que estão sendo adotadas para os demais recursos da rede, representam o resultado do investimento contínuo na modernização de todo o parque de informática da 9ª Região. ■

PL 3.350 está na pauta de votação da CCJ

Maria Ângela Marques

O Projeto de Lei 3.350/2008, que dispõe sobre a criação de novos 320 cargos de servidores para o Quadro de Pessoal da Secretaria do TRT do Paraná, foi aprovado no dia 19 de novembro, pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara Federal, cujo relator, deputado André Vargas (PT/PR), empenhou-se na condução da proposta, e apresentou o parecer para rápida publicação.

Mesmo com a publicação do parecer da Comissão no Diário da Câmara dos Deputados, de 3 de dezembro de 2008,

foi possível a imediata designação do relator, deputado Ricardo Barros (PP-PR), no âmbito da última Comissão na Câmara dos Deputados, a de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes da submissão definitiva ao plenário do Senado.

Aberto o prazo para emendas ao Projeto de Lei já no dia 24 de novembro, o deputado relator apresentou parecer favorável, que foi incluído na pauta de 16 de dezembro para apreciação na CCJ.

Dos 320 cargos previstos no Projeto de Lei 3.350/2008, 220 são destinados a analistas judiciários e 100 para técnicos

judiciários, além do Anexo II prever 392 FC-5.

A ampliação do atual Quadro de Pessoal de 1.939 cargos efetivos para o novo contingente, que totalizará 2.259 cargos, é medida urgente que sensibiliza a representação política paranaense e conta com esforços apoiadores inestimáveis da AMATRA-IX e do SINJUTRA, no sentido de término do trâmite na Câmara dos Deputados ainda em 2008 e seguir para o Senado, para submissão ao Plenário tão logo sejam reiniciados os trabalhos, em fevereiro de 2009. ■

Videoconferência inaugura nova etapa do Projeto “Rompendo Distâncias”

Jussara Elisa

Foi inaugurada, no dia 10 de dezembro, nova etapa do projeto “Rompendo Distâncias”, em evento simultâneo transmitido do TST para 22 dos 24 TRTs. Magistrados da 9ª Região da Justiça do Trabalho participaram da transmissão no auditório da Escola de Administração Judiciária, em Curitiba.

O projeto “Rompendo Distâncias” permitirá a comunicação direta entre TST, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, em Brasília, com todos os TRTs, e destes com as Varas do Trabalho.

■ A CERIMÔNIA

A cerimônia foi aberta pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Rider Nogueira de Brito. Em seu pronunciamento, o magistrado lembrou que, além do avanço que o sistema de videoconferência passa a permitir, é um meio promotor de economia e agilidade. “Gastos serão cada vez mais raros, e os encontros virtuais minimizam também a inconveniência das viagens, o desgaste em aeroportos,

etc.”, ressaltou.

Após a exposição inicial do ministro Rider Brito, os TRTs conectados participaram do evento *online* fazendo considerações. Pelo Paraná, falou o desembargador Ney José de Freitas, corregedor da 9ª Região da Justiça do Trabalho.

O magistrado disse ser uma honra à 9ª Região participar deste momento histórico. Comentou que o sistema é uma ferramenta de aproximação e de aperfeiçoamento, tendo em vista que cada Tribunal Regional do Trabalho irá se conectar aos demais, possibilitando troca de experiências sem deixar o local de origem.

Ao encerrar a videoconferência, o ministro Rider de Brito agradeceu a todos os que contribuíram para a concretização desta etapa, em especial aos juízes e à equipe técnica, que integram a Comissão de Avaliação de Projetos de Informática (CAPI) do CSJT. Lem-



Magistrados e servidores do TRT-PR acompanham a videoconferência

brou que o TRT da 9ª Região, mediante a cedência do juiz Bráulio Gabriel Gusmão, apoiou o TST na implantação do projeto.

■ REDE CORPORATIVA

Em 2005, a rede corporativa começou a tomar forma, a partir da elaboração de projeto técnico. No ano seguinte, a Embratel venceu a licitação realizada pelo TST para a implantação, e, em agosto de 2007, o contrato foi assinado. A execução do projeto coube a um grupo de trabalho composto pelos TRTs da 2ª (SP), 4ª (RS), 5ª (BA), 14ª (RO), 15ª (Campinas) e 23ª (MT) Regiões, sob a coordenação do TST e do CSJT. ■

Videoconferência: modernização tecnológica



Juiz Bráulio Gusmão (membro da CAPI) e o servidor Cláudio de Lima (diretor da Secretaria de Informática) participam de videoconferência em 13 de novembro

Rossana Tuoto

Em 13 de novembro, o Tribunal do Trabalho do Paraná participou da execução em caráter experimental de videoconferência entre os TRTs e o CSJT.

“Essa comunicação em tempo real,

independente da localização geográfica, entre os diretores de Tecnologia da Informação dos Regionais e a Comissão de Avaliação dos Projetos de Informática da Justiça do Trabalho, do CSJT, possibilitou que o sistema fosse testado, consideran-

do os mecanismos de áudio e vídeo na verificação de eventuais adaptações”, ressaltou o diretor da Secretaria de Informática, Cláudio de Lima.

De acordo com o juiz Bráulio Gabriel Gusmão, titular da 1ª VT de São José dos Pinhais (PR) e membro da CAPI do

CSJT, “com estes testes, foi realizado um efetivo mapeamento dos problemas de execução através da rede nacional da Justiça Trabalho (implantada pelo CSJT com a supervisão da CAPI), resultante de contrato com a Embratel (operadora prestadora de serviços)”. Diante das possibilidades do sistema, como ferramenta de comunicação e de redução de custos, dentro do objetivo da modernização tecnológica da Justiça do Trabalho, enfatizou o magistrado que “a videoconferência poderá ser utilizada por qualquer setor do Tribunal, abrangendo conferências, reuniões de trabalho, ensino a distância, resultando em agilidade e efetiva redução de custos, uma vez que as locomoções geográficas se tornarão cada vez menos necessárias”. ■

TRT-PR desenvolverá solução nacional de TI para a Justiça do Trabalho

Jussara Elisa

O e-Julg, projeto de informática de alcance nacional para gabinetes de magistrados e sessões de julgamento, será desenvolvido pelo Tribunal do Trabalho do Paraná, a partir de modelos do próprio Regional e do TRT do Rio Grande do Sul.

Lançado em outubro pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o sistema oferecerá a juízes de todos os graus de jurisdição uma ferramenta para gerenciamento de gabinetes, auxílio na confecção de sentenças e acórdãos e na realização de sessões informatizadas. Para seu desenvolvimento, o CSJT convidou o TRT-PR. A presidente do Regional, desembargadora Rosalie Batista, indicou o desembargador Ubirajara Carlos Mendes para coordenar o projeto.

O e-Julg será construído com base em dois modelos: o e-Jus, do TRT gaúcho e destinado às sessões de julgamento, e o e-Gab, do TRT paranaense, criado para auxiliar a administração dos gabinetes na confecção de acórdãos estruturados e nas sessões dos órgãos julgadores. A união das duas plataformas visa a facilitar a interação com os usuários e ampliar o leque de recursos, com a versatilidade de ferramenta única. O desenvolvimento possibilitará total integração do projeto à versão nacional do Sistema Único de Acompanhamento Processual (SUAP) e às tabelas processuais unificadas.

A participação dos usuários finais, com críticas e sugestões, é de grande importância para o CSJT, tendo em vista que são eles que utilizarão seus

recursos no dia-a-dia da atividade jurisdicional. Por tal razão, a Assessoria de Tecnologia da Informação e das Comunicações do CSJT criou espaço na internet destinado a prestar informações sobre o projeto e colher sugestões. Senhas estão sendo distribuídas para cerca de dez mil futuros usuários dos três graus de jurisdição. Os que não receberam senhas, podem solicitá-las pelo e-mail colab-admin@csjt.jus.br.

Nesta primeira etapa, o e-Julg está sendo apresentado no ambiente de colaboração do Portal da Justiça do Trabalho: <http://colab.csjt.jus.br/egroupware/sitemgr/sitemgr-site/>.

Os interessados podem consultar a documentação a respeito das funcionalidades do programa e, a partir daí, participar do fórum de discussões. ■

TRT do Rio Grande do Sul faz visita técnica ao TRT do Paraná

Em 14 de novembro, o desembargador Sergio Murilo Rodrigues Lemos, presidente da Comissão de Informática do TRT da 9ª Região (PR), recebeu, em visita técnica, comitiva do TRT da 4ª Região (RS), integrada pelos desembargadores Hugo Carlos Scheuermann e Ricardo Tavares Gehling, e pelo diretor do Serviço de Desenvolvimento de Sistemas, André Farias. O objetivo foi conhecer o sistema e-Gab de elaboração de votos, de administração de gabinetes e de sessão informatizada

- desenvolvido e utilizado pela 9ª Região. Os aspectos técnicos foram apresentados por Cláudio Jorge de Lima, diretor da Secretaria de Informática do TRT-PR. A exposição dos aspectos práticos ficou a cargo de Sônia Telesca, assessora do gabinete do desembargador Sergio Lemos. O encontro também propiciou o compartilhamento de práticas e informações entre os dois Tribunais, tendo em vista que o TRT da 4ª Região utiliza o sistema e-Jus (vide matéria acima).

Concurso para a Magistratura

Jussara Elisa

Na sessão do dia 3 de novembro, o Órgão Especial do Tribunal do Trabalho da 9ª Região homologou a composição geral do XXII Concurso para a Magistratura do Tribunal do Trabalho da 9ª Região. Os membros efetivos da comissão são: desembargadoras Rosalie Michaela Bacila Batista (Presidente) e Ana Carolina Zaina e o advogado Geraldo Roberto Corrêa Vaz da Silva (OAB). As desembargadoras Rosemarie Diedrichs Pimpão e Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu e o advogado Roberto Barranco (OAB) são os suplentes. ■

Justiça do Trabalho na Ambev

Flaviane Galafassi

Um grupo de desembargadores, juízes e servidores da Justiça do Trabalho do Paraná visitou, no dia 7 de novembro, as instalações da Companhia de Bebidas das Américas - Ambev. No local, puderam conhecer todo o procedimento na fabricação, envasamento, venda e distribuição dos produtos, além de observar as práticas da empresa no atendimento ao trabalhador. Na ocasião, foram recebidos pelo mestre cervejeiro Daniel Baumann, gerente de Processo e Qualidade da Ambev, e também pelo gerente fabril Herbert José Lau Junior. ■

Ministra Ellen Gracie abre Semana Nacional pela Conciliação no Paraná



A ministra do STF Ellen Gracie (ao centro) e os desembargadores do TRT-PR Rosalie Bacila Batista (presidente) e Altino Pedrozo dos Santos (membro do CNJ) durante abertura da Semana Nacional pela Conciliação no Paraná

adesão de todos os Tribunais, quando foram realizadas 227.564 audiências, com movimentação financeira de cerca de R\$ 375 milhões”, explicou a ministra. A seguir, a presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista, apresentou à ministra, modelo de certificados de “Excelência em Conciliação”, que serão entregues às unidades que excederem aos índices médios de acordo da 9ª Região da Justiça do Trabalho.

A Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região e o Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho do Paraná prestaram homenagem à ministra Ellen Gracie Northfleet, mediante a entrega de presente, placa e flores, pelo juiz Bráulio Gabriel Gusmão (presidente da Amatra-IX), Célia Vaz e José Carlos Padilha (coordenadora e colaborador do Sinjutra, respectivamente).

Em seu pronunciamento, a presidente Rosalie Batista, historiou as iniciativas da 9ª Região da Justiça do Trabalho, no campo da conciliação. Abordou a instituição dos Juízos Auxiliares de Conciliação (JACs) de Primeiro e de Segundo graus, além de um juizado específico para acelerar a execução dos precatórios, com resultados que, segundo a desembargadora, a cada ano, ultrapassam os exercícios anteriores, tanto

Jussara Elisa

Em 28 de novembro, a ministra do Supremo Tribunal Federal Ellen Gracie Northfleet abriu, em Curitiba, as atividades da Semana Nacional pela Conciliação na Justiça do Trabalho do Paraná. A magistrada foi a idealizadora da campanha nacional pela Conciliação, quando presidiu o STF e o CNJ (biênio encerrado em abril deste ano).

O evento, que aconteceu no prédio-sede do TRT-PR, teve início com o Hino Nacional Brasileiro entoado pelo Grupo Vocal do Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho do Paraná, sob a regência do maestro Anderson Nascimento.

Participaram da cerimônia autoridades do Judiciário, Ministério Público, Executivo, Legislativo, servidores, advogados, professores e acadêmicos de Direito.

Em seu discurso, a ministra lembrou a importância da campanha, que já está em seu terceiro ano, para conscientizar a população sobre o acordo como forma de pacificação social. “A fórmula conciliatória de solução de litígios veio para ficar. Ela se adere e permeia todo o mundo judiciário e, não apenas traz para a população maior celeridade na resolução de conflitos, como também

inaugura uma nova consciência de que é possível solucionar desavenças construindo soluções satisfatórias para ambas as partes”, salientou. A ministra afirmou que o Conselho Nacional de Justiça ao instituir, em 2006, o Movimento pela Conciliação, mantinha prognóstico de que os números de atendimentos e soluções cresceriam, porém, a realidade superou as expectativas. “A partir daí especializaram-se serviços e o CNJ promoveu a formação de cerca de 200 multiplicadores, em atividades educativas realizadas em vários Tribunais. Em 2007, o CNJ promoveu uma Semana Nacional pela Conciliação com



Autoridades do Judiciário, Ministério Público, Executivo e Legislativo, magistrados e servidores da 9ª Região da Justiça do Trabalho participam da cerimônia de abertura da Semana Nacional pela Conciliação

no quantitativo de processos, quanto nos valores levantados. "Incumbe-nos, na Justiça do Trabalho, harmonizar os interesses do trabalho e do capital, forças que impulsionam, de modo interdependente e complementar, a economia de uma nação. Não bastasse a dinâmica emprestada pela excelentíssima ministra, na matéria da conciliação, também a informatização recebeu grande impulso em sua gestão, a qual instrumentalizou magistrados e servidores para uma prestação jurisdicional de qualidade e em tempo razoável, como

manda a Constituição. A condução brilhante e segura do Poder Judiciário, por sua excelência, no biênio anterior, tem seguimento em seu retorno à bancada, onde exerce a jurisdição com maestria e escreve, com letras douradas, a atual jurisprudência brasileira, desempenhando relevante papel na história da República".

■ CONCILIAÇÃO EM DEBATE

O desembargador Márcio Dionísio Gapski, coordenador do mutirão realizado em Curitiba (vide matéria ao final desta página), e os juízes José Aparecido

dos Santos (titular da 17ª VT de Curitiba) e Vanessa Karam Chueiri Sanches, participaram de debate sobre conciliação no processo trabalhista.

A primeira exposição teve como objeto a conciliação e os aspectos da fase de execução no processo trabalhista pelo juiz José Aparecido. A seguir, a magistrada Vanessa Sanches enfocou aspectos diversos sobre a composição entre as partes na Justiça do Trabalho. O debate finalizado com o desembargador Gapski, versou sobre o mutirão na Justiça do Trabalho em Curitiba. ■

Visita ao local do mutirão

Na manhã do dia 28, a ministra Ellen Gracie visitou a futura sede do TRT-PR, onde foi montada estrutura para audiências paralelas da Semana Nacional pela Conciliação, em Curitiba. A ministra conversou com magistrados, servidores e acadêmicos de Direito que se organizaram para o mutirão visando a acordos. Na oportunidade, concedeu entrevista à imprensa paranaense.



Magistrados da Justiça do Trabalho do Paraná ao lado da ministra Ellen Gracie e da presidente Rosalie Batista



A ministra Ellen Gracie recebe o título das mãos do vice-governador do Paraná, Orlando Pessutti, e da deputada Cida Borghetti

Cidadania Honorária

A ministra Ellen Gracie foi homenageada pela Assembleia Legislativa do Paraná, em 28 de novembro. Na ocasião, recebeu o título de Cidadania Honorária Paranaense, proposição da deputada estadual Cida Borghetti. Magistrados e servidores da Justiça do Trabalho do Paraná prestigiaram o evento.

Semana Nacional pela Conciliação: acordos trabalhistas passam de 2 mil no Paraná

Flaviane Galafassi

Um balanço de 5.961 audiências em uma semana e 2.447 acordos realizados. Além dos expressivos números, o que ficou marcado na Semana Nacional pela Conciliação foi a paz social proporcionada pela solução desses processos. Seja com acordo no valor de R\$ 750 mil, como o ocorrido no mutirão realizado em Curitiba, onde uma empresa, com processo já em grau de recurso, chegou a acordo com a viúva de um

trabalhador vítima de acidente de trabalho; seja com um valor muito menor, de R\$ 2 mil, a serem pagos em 11 parcelas, em outro caso atendido pelo mutirão, onde uma costureira também acertou seus débitos trabalhistas com uma ex-empregada. "Mais do que finalizar um litígio trabalhista, acordos como esses colocaram fim a brigas entre pessoas, como no caso das costureiras. Elas saíram abraçadas, demonstrando que a conciliação traz realmente a pacifica-

ção social, reata as relações de trabalho e de amizade", lembra o desembargador Márcio Dionísio Gapski, coordenador do mutirão realizado em Curitiba.

Os acordos obtidos em todo o Estado, com êxito de 41%, é considerado importante para a consolidação da Justiça do Trabalho do Paraná como um órgão que trabalha permanentemente pela busca da conciliação, lembra o desembargador. "Embora tenhamos um excelente índice de quase 50% de conciliação nos pro-

cessos trabalhistas em todo o Estado, a Semana Nacional pela Conciliação é um momento importante para expormos o trabalho do TRT-PR no cenário nacional. Por isso é essencial a participação de todos nessa campanha”, lembra o desembargador Márcio Gapski.

Em todo o Paraná, as Varas do Trabalho se empenharam na consolidação dos números (vide quadro). No total, foram R\$ 22,7 milhões negociados em processos de 1º e 2º Grau e em precatórios. Na Semana Nacional pela Conciliação de 2007, a soma dos acordos não chegou a metade: R\$ 10,6 milhões.

Um dos destaques na Semana Nacional pela Conciliação foi o mutirão realizado em Curitiba, envolvendo processos que estavam em trâmite nas 17 das 20 Varas da capital e nos Juízos Auxiliares de Conciliação de 1º e 2º Grau. Participaram juízes, servidores, acadêmicos e professores de faculdades de Direito de Curitiba. Em cinco dias de mutirão foram realizadas 1.565 audiências, das quais 583 obtiveram êxito prevendo-se o pagamento de R\$ 6,2 milhões. “Se compara-

mos os valores arrecadados no ano passado aos deste ano, na Semana Nacional pela Conciliação, vamos constatar que o mutirão fez toda a diferença”, conclui o desembargador. “A experiência nos leva a projetar, inclusive, outras edições desse sistema que poderão reduzir significativamente o volume de processos em trâmite na Justiça do Trabalho”, informa.

Em Nova Esperança, por exemplo, a VT também contou com a ajuda de voluntários, como a do juiz aposentado Ascendino Geraldo de Carvalho e do contador José Valdir Lourenço. Também houve doação de refrigerantes e lanches para todos os jurisdicionados, feita pelas empresas Bolamel e Conti. “Fizemos do local uma concentração propícia para os acordos, inclusive com exposições de quadros e até com campanha de arrecadação para os flagelados de Santa Catarina”, conta o juiz Luiz Antonio Bernardo (titular da VT). De acordo com ele, o envolvimento da comunidade foi tão grande em nome da conciliação, que houve, inclusive, procura por parte de pessoas, que nem tinham processo



O coordenador do mutirão em Curitiba, desembargador Márcio Gapski

registrado. “Um senhor compareceu no balcão para obter informações acerca de seus direitos, dizendo que não tinha condições de contratar um advogado. Reduzimos a termo o seu requerimento e autuamos um processo”, conta o juiz, demonstrando a importância de campanhas para levar a Justiça mais próxima do cidadão.

No Paraná, a mobilização também foi aproveitada para incentivar a conciliação em todo o período do ano. Para isso, foram veiculados cartazes em mil ônibus que circulam em Curitiba e Região Metropolitana e também nas Ruas da Cidadania da capital, espaços onde estão concentradas representações de serviços de utilidade pública e também terminais de ônibus. A campanha foi realizada em parceria com o TJ. Por dia, circulam somente nos terminais de ônibus onde foram fixados os cartazes, 1,4 milhão de pessoas. ■



O mutirão em Curitiba, realizado no futuro prédio-sede do TRT-PR, resultou em 583 acordos

DADOS ESTATÍSTICOS DA SEMANA NACIONAL PELA CONCILIAÇÃO - 1º A 5 DE DEZEMBRO

Instância	Origem	Aud. Designadas Pré-Processuais	Aud. Realizadas Pré-Processuais	Audiências Realizadas	Acordos	% Acordos	Valor do Acordo (R\$)
1º Grau	Capital (Mutirão)	0	0	1.509	550	36%	4.999.445,14
1º Grau	Capital (Varas)	0	0	696	272	39%	1.392.018,01
1º Grau	Subtotal Capital	0	0	2.205	822	37%	6.391.463,15
1º Grau	Interior (Varas)	168	146	3.696	1.589	43%	7.889.014,33
1º Grau	Subtotal 1º Grau	168	146	5.901	2.411	41%	14.280.477,48
2º Grau	Juízo Auxiliar (Mutirão)	0	0	56	33	59%	1.221.812,55
2º Grau	Precatórios	0	0	4	3	75%	7.273.768,91
2º Grau	Subtotal 2º Grau	0	0	60	36	60%	8.495.581,46
Total 9ª Região	Total da Semana	168	146	5.961	2.447	41%	22.776.058,94

Semana Nacional pela Conciliação Audiências Conciliatórias - Agradecimentos

Por ocasião da Semana Nacional pela Conciliação, o TRT 9ª Região demonstrou o poder da mobilização, quando em jogo um ideal pelo qual vale a pena lutar. Em diversas Varas do Trabalho do Estado, um evento diferente, em nome da paz social. E o mutirão, em Curitiba, com seus resultados surpreendentes, anima a enfrentar desafios futuros, em benefício de toda a jurisdição do Tribunal. A Comissão Organizadora da Semana Nacional pela Conciliação agradece e parabeniza efusivamente os que, na Justiça do Trabalho do Paraná, neste ano de 2008, dedicaram esforço e competência em prol das audiências conciliatórias. Louvores e aplausos, portanto, aos Juízos Auxiliares de Conciliação de 1º e 2º Grau, às Varas do Trabalho que assimilaram esse espírito, ao Juízo de Conciliação em Precatórios.

Magistrados com disponibilidade pessoal ou com cessão de servidores; servidores acompanhantes e coordenadores dos trabalhos; calculistas e professores orientadores; acadêmicos de Direito e demais voluntários: os números estatísticos da Semana pela Conciliação são méritos de todos os senhores! É com muita honra e orgulho que fazemos esse reconhecimento público!

■ Coordenação do Mutirão pela Conciliação

Homenagens na Justiça do Trabalho

Jussara Elisa

Os desembargadores do TRT do Paraná Ney José de Freitas, Altino Pedrozo dos Santos e Edmilson Antonio de Lima e os servidores do Posto de Atendimento da Justiça do Trabalho de Pitanga foram homenageados nas cidades de Palmas, Goioerê, Santo Antonio da Platina e Pitanga, respectivamente.

No dia 12 de dezembro, o desembargador Ney José de Freitas (corregedor da Justiça do Trabalho da 9ª Região) foi homenageado na cidade de Palmas, recebendo o título de Cidadania Honorária daquele município. O magistrado exerceu a jurisdição do Posto de Palmas entre 1990 e 1991, na condição de presi-

dente da então denominada JCJ, hoje Vara do Trabalho, de Pato Branco, à qual o PA está vinculado.

O desembargador Altino dos Santos recebeu título de cidadão honorário de Goioerê, no dia 15 de novembro. A homenagem deve-se à sua trajetória profissional, iniciada na cidade, como advogado e assessor jurídico da Câmara Municipal entre 1977 e 1979. O juiz Jorge Luiz Soares de Paula (titular da VT de Campo Mourão) representou a Presidência do TRT na oportunidade.

Em 14 de novembro, o desembargador Edmilson de Lima recebeu o título de cidadão honorário de Santo Antônio da Platina. A juíza Helena Mitie Matsuda (titular da VT de Santo Antônio) repre-

sentou o TRT na solenidade. O título foi conferido pela atuação como juiz do Trabalho na região e pelos esforços pela criação da Vara local, instalada em março de 2006.

Os servidores Maria da Graça Pereira, Geraldo Pires e Hide Tsutsui, do Posto de Atendimento da Justiça do Trabalho em Pitanga, foram homenageados em 4 de novembro. O Poder Legislativo local aprovou, por unanimidade de votos, em sessão ordinária a "Moção de Aplauso" 5/2008. A presidente da Câmara de Vereadores de Pitanga, Mirna Galafassi, justificou a honraria: "atenção, assiduidade, acolhimento e comprometimento são as palavras usadas para definir os servidores dessa instituição". ■

TRT-PR: experiências de sucesso

Flaviane Galafassi

Experiências bem-sucedidas do TRT-PR, como a elaboração do planejamento estratégico, ferramentas eletrônicas de estatísticas, projetos de incentivo à conciliação, informatização processual, programas nas áreas de recursos humanos, comunicação, atendimento ao público e responsabilidade social, foram apresentadas em 11 de novembro, em Florianópolis, pela presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Bacila Batista,

no Encontro Regional do Judiciário, promovido pelo CNJ. O encontro reuniu dirigentes dos Tribunais de Justiça de Santa Catarina e Goiás, Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho do Paraná e de Santa Catarina, além de representantes das associações de juízes.

O evento é uma seqüência do Encontro Nacional do Judiciário promovido pelo CNJ e tem o objetivo de integrar diversas esferas da Justiça brasileira para os mesmos propósitos.

A iniciativa visa a debater os problemas que impedem a agilização do trabalho dos órgãos judiciários, além de compartilhar experiências, buscando soluções que possam ser adotadas como alternativas para ampliar o acesso da população à Justiça.

Também participaram do evento o presidente da Amatra IX, juiz Bráulio Gusmão; a secretária do Tribunal Pleno, Ana Lins; e o diretor da Secretaria Administrativa do TRT, Eduardo Rocha. ■

Congresso de comunicadores sociais

Luiz Munhoz

O Regional paranaense participou do IV Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça e do Ministério Público, realizado de 11 a 15 de novembro, em Florianópolis (SC). Nessa edição, as novas tecnologias e a democratização da informação na Justiça foram tema central do encontro. A Ascom foi representada pelo servidor Luiz Renato Munhoz, membro do Grupo de Trabalho de Comunicação Organizacional do SIGI - Sistema Integrado de Gestão da Informação do CSJT.

Os membros do GTCO presentes ao encontro, aproveitaram a oportunidade do encontro presencial com a maioria dos assessores de comunicação do Judiciário Trabalhista e debateram assuntos relacionados à tecnologia da informação e ao processo de comunicação digital.

A conferência de abertura, "A experiência da TV Pública na democratiza-

ção da comunicação" foi proferida pelo presidente da Fundação Padre Anchieta, jornalista Paulo Markun e abordou a importância das assessorias de comunicação como instrumento de democratização de informações do Judiciário brasileiro.

No painel "Visão institucional das assessorias de comunicação social", houve a palestra do presidente da Anamatra, magistrado Cláudio José Montesso, que enfatizou a necessidade do profundo comprometimento dos jornalistas que trabalham em associações que representam a magistratura e o MP, com as ações e projetos que essas entidades defendem. O diretor de assuntos legislativos da Associação Nacional de Procuradores do Trabalho, João B. Martins César, expôs que a divulgação das ações do Judiciário e MP na mídia possui um poder educacional muito importante e "o resultado pedagógico da divulgação das ações do MP na imprensa, muitas vezes, tem o

mesmo efeito que 20 ações públicas".

Para o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), magistrado Airton Mozart Valadares Pires, quando a imprensa divulga os projetos e o funcionamento dos Tribunais, ela fornece a transparência que tais atividades necessitam para o perfeito entendimento por parte da sociedade e com isso aumenta a credibilidade que a sociedade deposita em suas instituições.

O Conbrascom contou ainda com oficinas sobre: jornalismo online, rádio web, tratamento de imagem digital, cerimonial e como montar um estúdio de TV, além do workshop "Assessoria de Comunicação da Justiça e a política de comunicação dos órgãos superiores". No encerramento do congresso, foi eleita a nova diretoria do FNCJ - Fórum Nacional de Comunicação e Justiça e houve a leitura da Carta de Florianópolis, disponível no endereço <http://www.conbrascom.org.br>

"Justiça do Trabalho Informa": boletins na Rádio Clube AM/Rede Eldorado

Rossana Tuoto

Desde o dia 3 de novembro, notícias que interessam ao cidadão, produzidas pela Assessoria de Comunicação do TRT-PR, passaram a ser veiculadas em boletins diários, de um minuto, nos intervalos da programação local da Rádio Clube AM /Rede Eldorado - 1430Khz.

A produção na Ascom envolve a criação e locução de vinhetas de abertura e encerramento, redação e locução das notícias de interesse público originárias do TRT-PR e a edição em áudio. A parceria, voltada à prestação de serviço, com a Rádio Clube AM (integrante do Grupo Lumen - APC - PUCPR) atende ao foco da programação local. A emissora desde outubro de 2007 passou a ser afiliada da Rádio Eldorado (Grupo Estado - Agência Estado e jornal "O Estado de São Paulo").

"O Justiça do Trabalho Informa" vem

somar-se ao "Justiça do Trabalho Responde" (existente desde junho de 2005) na parceria com a Rádio Clube AM, onde dúvidas trabalhistas dos cidadãos em geral são encaminhadas aos magistrados do Trabalho. O quadro já foi premiado em 2006 durante o II Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça, em Porto Alegre, quando obteve o 2º lugar na categoria de melhor programa de rádio da Justiça no 4º Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça. Em 2007 foi premiado como finalista em evento da Anamatra de Direitos Humanos, em Brasília, na categoria "Judiciário Cidadão". Em novembro, passou a ter novo formato e também está sendo veiculado ao longo da semana. As perguntas e respostas dos magistrados são divulgadas diariamente nos intervalos da programação local da Rádio Clube AM. ■

Curso da ENM na Geórgia (EUA)

De 29 de novembro a 13 de dezembro, a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista, participou de Programa Internacional da Escola Nacional da Magistratura (ENM) com a Universidade da Geórgia, EUA. Ao todo, oito magistrados participaram do curso, que teve como objetivo desenvolver estudo comparado de administração pública, administração judiciária e sistema judiciário americano, com foco no Estado da Geórgia. O projeto pretendeu, ainda, apresentar o funcionamento do sistema legal e a administração judiciária das Cortes de Justiça da Geórgia. Os magistrados estudaram: Sistema Recursal, Juízo de Execução de Sentença, Falência e Sistema da Justiça Cível e Criminal, sendo recebidos em diversas Cortes do Estado da Geórgia.

■ Jussara Elisa



Encontro de Multiplicadores em Curitiba

Flaviane Galafassi

Experiências bem-sucedidas em economia de papel e energia, reciclagem de lixo e campanhas sociais, entre outras, foram debatidas por magistrados e servidores da Justiça do Trabalho do Paraná, procuradores e especialistas, no 1º Encontro de Multiplicadores do programa “Coleta Solidária” do TRT-PR, que aconteceu em novembro na capital. O evento, promovido pela Comissão de Responsabilidade Social, busca a disseminação de práticas responsáveis na área socioambiental.

Na abertura, a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, enfatizou a relevância do Programa Coleta Solidária. “O programa implica preservação do meio ambiente, justiça social, qualidade de vida, ética, transparência, governança corporativa e direitos humanos, tudo em um só conjunto de atitudes de cada um de nós”. A desembargadora também salientou a importância da impressão em frente e verso e o uso de papel reciclado como “ações positivas de evidente reflexo ambiental”.

Para a presidente da Comissão de Responsabilidade Social, desembargadora Ana Carolina Zaina, é de fundamental importância a participação dos multiplicadores neste trabalho de preservação, aliando economia à responsabilidade social. “Precisamos priorizar ações que levem em conta o tripé básico da sustentabilidade, que são ações socialmente justas, ecologicamente corretas e economicamente viáveis”, salientou.

Uma das experiências bem-sucedidas na Justiça do Trabalho, apresentada durante o evento, é a reutilização do papel para impressão no verso, o chamado VPU (Verso do Papel Usado), estabelecida por portaria da Presidência do Tribunal. A portaria determina ainda que, no papel reutilizado, utilize-se carimbo em que se vê escrito “Papel reutilizado. Este lado sem efeito”, juntamente com o símbolo da reciclagem e a identificação “Justiça do Trabalho do Paraná - praticando Responsabilidade Social”.

Na 2ª VT de Maringá, por exemplo, os



A partir da esquerda, Terezinha Schimuda (CRS), Ana Lins (Pleno), os desembargadores Edmilson Antonio de Lima (CRS) e Rosalie Bacila Batista (presidente do TRT-PR), Eliane Brito (SGP) e Vanderlei Peres (DG) durante a abertura do encontro. No detalhe, a desembargadora Ana Carolina Zaina (presidente da CRS)

VPUs servem à impressão de relatórios e documentos de uso interno, além do uso nas fotocópias entregues ao público (cópias de atas de audiência e contas de atualização, por exemplo). “A intenção é ampliar uma cultura de responsabilidade socioambiental, que, antes de salvar o mundo, nos salva a cada um, diariamente”, enfatizou o servidor Jeferson Nunes, multiplicador em Maringá. Além da reutilização do papel, acrescentou Nunes, solicita-se a advogados, sindicatos e contadores que imprimam as petições em frente e verso. Em algumas das varas, a exemplo do TRT, as impressoras são alimentadas exclusivamente com papel usado e as decisões já são impressas em frente e verso (matéria especial sobre a prática de Maringá nesta edição).

Outra experiência que está dando certo é a verificada na Sala de Oficiais de Justiça, em Curitiba. Foram distribuídas canecas de porcelana em substituição aos copos plásticos, para água e café. “Somos 43 oficiais de Justiça só em Curitiba e é raro quem não utiliza as canecas. Isso contribui para o não descarte de copos plásticos na natureza”, enfatizou o oficial Almir Farias.

O multiplicador Antonio Garcia, da VT de Jacarezinho, falou sobre as ações desenvolvidas naquela unidade, principalmente o trabalho realizado com a Prefeitura na reativação da Cooperativa Municipal de Catadores de Recicláveis.

“A ação extrapolou os limites geográficos da sede da VT, resultando na retirada de vários trabalhadores que atuavam no aterro sanitário e que agora exercem suas atividades em um barracão, com significativa melhora nas condições de trabalho e na qualidade de vida”, enfatizou Garcia, lembrando que todas as atividades da VT de Jacarezinho encontram-se no site www.vt.jac.nom.br, no link responsabilidade social.

Sobre a experiência na Vara de Paranaíba, o servidor Marcos Montanha da Silva mostrou a campanha “A Leitura forma o Cidadão”, realizada em conjunto com a Academia de Letras e Artes de Paranaíba e colégios da cidade. O objetivo da campanha é incentivar as crianças à leitura. Durante os meses de outubro e novembro, a VT fez arrecadação de livros e revistas infantis para destinação a três creches carentes.

A servidora Maria Teresa Deguchi, de Londrina, falou sobre as várias coletas de materiais, que foram distribuídos para entidades sociais em 2008 e também sobre os projetos para 2009. “Estamos programando coleta bimestral em conjunto com o Fórum, e para o meio ambiente, entramos em contato com o Iapar, para recebermos mudas de árvores nativas e também frutíferas para distribuímos numa semana, como na entrada da primavera, para a população”, informou. ■

Assejutra sugere ao Paraná práticas de responsabilidade social

Jussara Elisa

A Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho de Maringá encaminhou sugestão, à Presidência do TRT do Paraná, de algumas práticas de responsabilidade social. A iniciativa da entidade demonstra comprometimento com atitudes ecologicamente sustentáveis.

De acordo com a presidente da Assejutra, servidora Zilene Franco Rezende, as medidas podem gerar significativa economia de papel. "A contribuição do Fórum Trabalhista de Maringá na disseminação da idéia de praticar a responsabilidade social, consumindo com consciência, preservando o meio ambiente, ajudando a criar uma nova cultura, antes de salvar o mundo, nos

salva a cada um, diariamente", expôs.

Dentre as dicas de Maringá, estão: a impressão de e-mails utilizando o verso de papéis já usados (VPU); a alimentação de uma das impressoras de cada unidade judiciária e administrativa, exclusivamente com papel usado, no verso do qual se verá, em azul (cor padrão para reciclagem de papel), o carimbo que torna sem efeito o lado já utilizado e acrescenta rápidas informações acerca da idéia de responsabilidade social; e o consumo consciente da energia elétrica, desligando, quando possível, em salas vazias, luzes e aparelhos de ar-condicionado. Quando o ar-condicionado estiver ligado, é necessário manter as persianas e janelas fechadas, evitando

a entrada de sol e a saída de ar, que aumentam o consumo de energia.

Em caráter experimental, o Serviço de Distribuição do Fórum de Maringá já destina uma das impressoras exclusivamente para a utilização do VPU, na emissão de relatórios de circulação interna. De acordo com Zilene Rezende, é necessário ter cuidado quanto aos papéis que serão reutilizados, selecionando aqueles que não contenham informações pessoais ou grampos que possam danificar as impressoras.

A Assejutra crê que é importante que magistrados e servidores tenham consciência quanto à necessidade de praticar a responsabilidade social, não só no ambiente de trabalho, mas em seus bairros e casas. ■

TRT do Paraná e FGV: parceria em curso de MBA em gerência de projetos

Jussara Elisa

Cerca de 40 servidores da 9ª Região participam do curso de MBA em Gerência de Projetos - com ênfase para o Setor Público, da Fundação Getúlio Vargas. Ao final do curso, o TRT solicitará a esses servidores, atuação na qualidade de instrutor e/ou tutor interno em eventos de capacitação ou treinamentos promovidos pelo Tribunal, em áreas de conhecimento constantes do conteúdo programático das disciplinas relaciona-

das ao curso, quando convidado. Os participantes deverão observar os melhores sistemas e métodos de trabalho abordados durante o curso, bem como anotar bibliografia, periódicos e monografias complementares, compartilhando essas informações com os colegas de trabalho, sempre que solicitado ou considerar relevante. O curso de pós-graduação *lato sensu* terá duração de 36 meses (2008 a 2010). A aula inaugural aconteceu em 26 de novembro deste ano. ■



Servidores na aula inaugural do MBA, em 26 de novembro

VT de Castro busca a excelência no atendimento ao público

Com a proposta de aprimoramento pessoal e profissional, as servidoras Silvia Camargo Lucksch, Zeni de Lourdes Mainardes e Marise Gubert Santos, responsáveis pelo atendimento ao público na Vara do Trabalho de Castro-PR, participaram do curso "Excelência no atendimento de recepção", de 20 a 23 de outubro. De acordo com o diretor de secretaria da VT, Wladimir Jacomin, "apesar do público alvo do citado curso ser o trabalhador da iniciativa privada, tratando-se de atendimento ao público, muitos são os pontos convergentes, como pode ser visto pelo próprio conteúdo programático (qualidade no atendimento, imagem do recepcionista, formas de atendimento, comunicação e relações públicas) e pela diversidade de experiências, que serviu, inclusive, para enriquecer o evento". ■ Jussara Elisa

Olimpíada Nacional da Justiça do Trabalho



As servidoras da Justiça do Trabalho do Paraná que integram time de vôlei de quadra, com as medalhas de ouro da VII Olimpíada Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho, realizado de 8 a 15 de novembro

Flaviane Galafassi

Três medalhas de ouro, uma de prata e duas de bronze. Este é resultado do desempenho dos atletas do Paraná na VII Olimpíada Nacional da Justiça do Trabalho, organizada pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho (Anastra), de 8 a 15 de novembro, em Fortaleza.

O Paraná foi ouro no vôlei de quadra e de praia feminino e no tênis de quadra masculino. A prata foi conquistada nos 1.500 metros do atletismo feminino e o bronze nos 800 metros e nos 5 mil metros feminino.

O time de vôlei feminino levou o ouro com a equipe formada pelas servidoras Marcela del Pintor e Katia Domingues, de Nova Esperança; Rosiane Pfeng e Ethel Samek, de Campo Mourão; Milaine

Novaes, de Paranavaí; Madail da Silva, Cleide Vasconcelos, Andréa Benevino dos Santos, de Maringá.

No vôlei de praia conquistaram o ouro as servidoras Andréa Santos e Ethel Samek. No tênis de quadra outro ouro, com a vitória do servidor Eduardo Alonso, da Secretaria Administrativa do Tribunal do Trabalho do Paraná, que ainda ganhou medalha de atleta destaque na competição.

Além do ouro no vôlei de quadra e de praia, a servidora Andréa Santos também foi medalha de prata nos 1500 metros, e bronze, nos 800 metros. A servidora Cleide Mara Vasconcelos também conseguiu medalha de bronze no atletismo, nos 5 mil metros.

Compõem ainda a representação do Paraná os servidores Lúcia Fávoro e Maria Rosimeire Tardin, de Maringá

e Mauro Fávoro, de Loanda. No quadro geral de medalhas, o Paraná ficou em 11º lugar.

De acordo com a servidora Ethel Samek, este foi o melhor resultado nas últimas cinco olimpíadas que a delegação do Paraná participou. Ela pede uma maior participação dos servidores nos próximos jogos para elevar o resultado. "Tivemos a menor delegação entre os Tribunais participantes e como nossa representação é maior nos jogos coletivos, o número de medalhas é reduzido. O ideal seria que tivéssemos mais participantes, principalmente em competições individuais", enfatiza. A próxima edição dos jogos será realizada, de 14 a 21 de novembro de 2009, em Aracaju, Sergipe.

Além de bom desempenho na olimpíada, as servidoras de Campo Mourão Ethel e Rosiane foram campeãs do vôlei de quadra dos Jogos Interjudiciários do Paraná, em dezembro. ■



Eduardo Alonso recebendo a medalha de ouro

TRT apóia projeto de responsabilidade social

Flaviane Galafassi

OTRT-PR participou, como apoiador, da décima terceira festa de premiação do Agrinho, em 17 de novembro.

O programa de responsabilidade social do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado do Paraná, em parceria com entidades privadas e o Governo, abre espaço para o debate, na comunidade escolar, de problemas sociais e ambientais, tendo foco na qualidade de vida e no exercício pleno da cidadania desde a juventude. O Senar-PR objetiva organizar, administrar e executar no território brasileiro o

ensino da formação profissional rural e a promoção social do trabalhador rural. A cada ano, em média, o Agrinho mobiliza 1,5 milhão de crianças de escolas públicas e privadas do Paraná. Em 2008, envolveu a participação de 79 mil professores de 95% dos municípios do Paraná.

Mais de mil pessoas do interior acompanharam a entrega dos 212 prêmios do programa. A presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Batista, participou da cerimônia de premiação. ■



Os presidentes Rosalie Bacila Batista (TRT-PR) e Ágide Meneghetti (FAEP) e o estudante Richard Ribeiro Moreira

Natal na Justiça do Trabalho do Paraná



O desembargador Altino dos Santos abre o evento

Jussara Elisa

Em 12 de dezembro, foi realizado evento alusivo ao Encerramento do Ano Judiciário na 9ª Região, na Escola de Administração Judiciária do TRT do Paraná, em Curitiba.

Em nome da Presidência do TRT-PR, o desembargador Altino Pedrozo dos Santos, membro do CNJ, abriu o evento. Em sua explanação, falou sobre o feriado cristão: "O Natal é muito mais que a alegria do encontro. É também o espírito de amizade, que queremos brilhando todos os meses. É esperança renovada, é entendimento, é benevolência e tolerância. Para nossos amigos, o presente

do coração. Para os mais necessitados, o presente da nossa caridade. Para todas as crianças, um bom exemplo e bons ensinamentos. Para nós mesmos, o presente do respeito e do trabalho". O magistrado finalizou cumprimentando a Comissão de Responsabilidade Social, pelo trabalho realizado durante o ano de 2008.

Na oportunidade, o advogado Luiz Antônio Abagge procedeu a entrega simbólica de cestas de Natal a duas trabalhadoras em empresas que prestam serviços no Tribunal. As cestas foram cedidas pelo Escritório Abagge & Advogados Associados.

O grupo vocal do Sindicato da Justiça do Trabalho do Paraná encerrou o evento interpretando músicas populares brasileiras e canções natalinas.

■ CULTO

Foi celebrado "Culto de final de ano", em 15 de dezembro, na Primeira Igreja Batista de Curitiba, em Curitiba. O culto - de ação de graças - foi organizado pelos Advogados Cristãos em Ação, com o apoio de magistrados e servidores cristãos do TRT-PR.

■ NATAL SOLIDÁRIO

A Comissão de Responsabilidade Social do TRT-PR organizou de novembro a dezembro campanha de Natal de 2008. Foram montadas árvores de Natal em Curitiba e em Paranaguá, contendo cartões com nomes de crianças que receberam presentes de magistrados e servidores. As doações foram entregues a instituições beneficentes de Curitiba



As trabalhadoras Neusa de Almeida (à direita) e Maria da Silva com o advogado Abagge

e Região Metropolitana.

■ CASCAVEL E CORNÉLIO PROCÓPIO

O Fórum da Justiça do Trabalho de Cascavel organizou duas campanhas de Natal. Foram beneficiados com a mobilização, trabalhadores em empresas que prestam serviços àquela unidade judiciária e famílias carentes da região. As doações foram de cestas natalinas e brinquedos. Também foram contempladas 30 crianças que enviaram "cartinhas para o Papai Noel" dos Correios.

Em Cornélio Procópio, magistrados, servidores e advogados também contribuíram para a campanha de Natal dos Correios. Os brinquedos serão entregues à Pastoral das Crianças e ao Lar São Vicente.

■ SOLIDARIEDADE

A Amatra-IX, a Comissão de Responsabilidade Social do TRT-PR, o Fórum da Justiça do Trabalho de Cascavel e outras unidades de primeiro grau da Justiça do Trabalho do Paraná mobilizaram-se para ajudar as vítimas de Santa Catarina. Foram doações em dinheiro, alimentos, água mineral e agasalhos. ■



O Grupo Vocal do Sinjutra apresentou músicas natalinas e populares

Doenças da visão são debatidas no TRT

Em comemoração ao Dia Mundial da Visão, o Setor Médico-Odontológico, em parceria com o Instituto de Oftalmologia de Curitiba, realizou em 7 de novembro, palestra sobre doenças relacionadas à visão. A proposta foi incentivar a prevenção e o tratamento das principais doenças oculares, como por exemplo, a síndrome do computador, que é um conjunto de sintomas oculares e visuais que podem surgir após as pessoas trabalharem continuamente com esse equipamento. De acordo com a diretora do Serviço de Desenvolvimento e Benefícios, Valéria Cobbe, todos que trabalham duas horas ou mais por dia com computador podem vir a apresentar essa doença. Na oportunidade, foram abordadas, também, outras doenças mais comuns dos olhos. Foi disponibilizado aparelho oftalmológico específico para aqueles que se interessaram em fazer exame preventivo do glaucoma.

■ Jussara Elisa